

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO Nº 1019074/2018**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 028/2019**

**CONTRATO: Nº 113/2019**

**TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA E A EMPRESA SOLUTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO.**

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA", inscrita no CNPJ nº 62.823.257/0001-09, com sede a Rua dos Andradas, 140, Santa Ifigênia – São Paulo – SP, doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representada pela sua Diretora Superintendente, a Professora Laura M. J. Laganá, RG. nº 7.715.675-4 e CPF nº CPF. 005.923.818-62, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e **SOLUTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob nº **13.579.817/0001-08**, com sede na Avenida Perseu, 261 – Jardim Satélite – São José dos Campos/SP – CEP: 12230-470 – Telefone: (12) 3308-9626, a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo Senhor José Élcio Cordeiro Ramos, Diretor, portador do RG nº 32.444.646-9 e CPF nº 176.480.415-53, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a **AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DOS BENS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

Os bens deverão ser entregues em 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato pela contratada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A entrega dos produtos objeto deste contrato deve ser feita na Unidade Relacionada no anexo A do presente termo, de **segunda a sexta-feira das 8:00 às 12:00 e das 13:00 à 17:00 horas**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de um manual operacional e um manual técnico, redigidos em português.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Durante o período de garantia deverão ser substituídas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, peças ou partes defeituosas, salvo quando o defeito for provocado por uso indevido do produto, devidamente comprovado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui ANEXO I do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- II - designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE;
- III - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;

VIII - responder, civil e criminalmente, por todos os danos que vier a causar direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

IX - prestar a garantia técnica para o objeto deste contrato, nos termos do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV - no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Terceira poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Ao CONTRATANTE cabe:

- I – indicar formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
- II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- IV - permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

**CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização contratual por intermédio do gestor do contrato, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no ANEXO I do Edital.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto, será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

I. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

II. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das

**Administração Central  
 Gabinete da Superintendência**

especificações contratadas, mediante "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo", firmado pelo servidor responsável.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇOS**

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste contrato pelo preço total de **R\$ 28.700,00** (vinte e oito mil e setecentos reais), mediante os seguintes valores unitários:

IT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND. MENS.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	SISTEMA DE MONITORAMENTO, COMPOSTO POR 54 CÂMERAS, CONFORME DETALHADO ABAIXO.				
	<ul style="list-style-type: none"> <li>DVR Stand Alone 16 Canais MULTI-HD / HDCVI + HDTV 2.0 + AHD-M/H + Analógico + IP / 16 canais BNC + 2 canais IP ou 18 canais IP no modo NVR / Gravação de todos os canais em 1080N ou 720p e para canal IP de até 5MP (Respeitando o limite de bit rate máximo por canal, que é de 4096kbps) / Saídas de vídeo VGA, HDMI e BNC / Suporta 1 HD SATA de até 8TB / HD 1 TB Western Digital (MARCA INTELBRAS)</li> </ul>	UNID	04	R\$ 550,00	R\$ 2.200,00
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Balun Passivo 19" 16 Canais de Vídeo e Alimentação/ 400mts - Vídeo e 300mts - Alimentação / 1 Entrada auxiliar RJ45 (transmitem sinal de 4 câmeras através de 1 cabo UTP) / Proteção contra surtos de tensão / Filtro contra interferência e ruídos / Fonte Interna 13,8DVC 10A (5A para cada 8 câmeras) / Incluso Balun Passivo XBP 502a (MARCA INTELBRAS)</li> </ul>	UNID	04	R\$ 900,00	R\$ 3.600,00
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmera Infra Red Digital Híbrida AHD + Analógica DOME 1/4" Megapixel CMOS - AHD 1 Megapixel (720p) / Analógica 900TVL 10MT (12 Leds) 3.6MM / Uso interno / Case Plástico (MARCA INTELBRAS)</li> </ul>	UNID	06	R\$ 350,00	R\$ 2.100,00
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmera Infra Red Digital Híbrida AHD + Analógica DOME 1/4" Megapixel CMOS - AHD 1 Megapixel (720p) / Analógica 900TVL / 20MT (12 Leds) / 2.8MM / Uso interno / Case Plástico (MARCA INTELBRAS)</li> </ul>	UNID	33	R\$ 150,00	R\$ 4.950,00

**Administração Central  
 Gabinete da Superintendência**

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmera Infra Red Digital Híbrida AHD + Analógica BULLET 1/4" Megapixel CMOS - AHD 1 Megapixel (720p) / Analógica 900TVL / 20MT (24 Leds) IP66 / 2.8MM / Case Plástico (<b>MARCA INTELBRAS</b>)</li> </ul>	<b>UNID</b>	<b>04</b>	<b>R\$ 490,00</b>	<b>R\$ 1.960,00</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmera Infra Red Bullet MULTI HD® - HDCVI + HDTVI 2.0 + AHD-M + Analógico 600TVL / 1/4" Resolução HD 1 Megapixel (720p) 30MT (18 Leds) / IR Inteligente / 2.8mm / Case de metal / OSD / IP66 (<b>MARCA INTELBRAS</b>)</li> </ul>	<b>UNID</b>	<b>11</b>	<b>R\$ 255,00</b>	<b>R\$ 2.850,00</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cabo UTP Cat.5e - Caixa c/ 305 metros. (<b>ELGIN</b>)</li> </ul>	<b>UNID</b>	<b>18</b>	<b>R\$ 220,00</b>	<b>R\$ 3.960,00</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cabos coaxiais, conectores BNC, e materiais de instalação necessários para conectar os equipamentos DVR Stand Alone às câmeras e demais equipamentos acima descritos.</li> </ul>	<b>KIT</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 1.200,00</b>	<b>R\$ 1.200,00</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de instalação dos equipamentos, compreendendo todas as etapas necessárias ao início da plena operação dos sistemas, incluindo:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>o colocação dos equipamentos nas posições definitivas;</li> <li>o fixação de câmeras e sensores de presença;</li> <li>o montagem e identificação dos cabos;</li> <li>o conexões de todos os elementos que compõem o sistema;</li> <li>o testes, configurações, etc.</li> </ul> </li> </ul> <p>Obs.: todos os equipamentos, materiais, suprimentos e acessórios fornecidos devem ser novos, não sendo admitidos equipamentos descontinuados ou fora de linha de fabricação. A instalação somente será considerada completa depois de ter se verificado sucesso na realização de teste pela empresa contratada devidamente acompanhados pela Unidade de Ensino</p>	<b>SERV</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 5.925,00</b>	<b>R\$ 5.925,00</b>

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, tome-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

Os preços contratados permanecerão fixos e irrevogáveis.

**CLAUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário desta Autarquia, UGE **102401**, PROGRAMA DE TRABALHO: **12 363 1039 1515 0000**, FONTE DE RECURSO: **001 001 001**, NATUREZA DE DESPESA: **44 90 52 34**.

**CLÁUSULA NONA - DOS PAGAMENTOS**

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo das Unidades relacionadas no Anexo A do presente termo, à vista do respectivo "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo", em conformidade com a Cláusula Sexta deste instrumento.

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias**, após a data de sua apresentação válida.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A.

**PARAGRAFO QUARTO**



**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

**PARÁGRAFO QUINTO**

A(s) Nota(s) Fiscal/fatura deverá ser emitida em nome do CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA" – RUA DOS ANDRADAS, 140 – SANTA IFIGENIA - CEP. 01208-000 – SÃO PAULO/SP - CNPJ Nº 62.823.257/0001-09, INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTA, encaminhada à cada unidade recebedora, de que obrigatoriamente deverá constar:

- nº do contrato;

- nº nota de empenho;

- nº do processo; e

- identificação da Unidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução cuja cópia constitui **ANEXO IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Não será exigida a apresentação de garantia para a contratação que constitui objeto do presente instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
- b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **02 (duas)** vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 02 de AGOSTO de 2019.

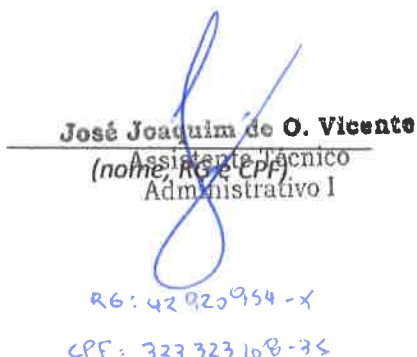
**CONTRATANTE**

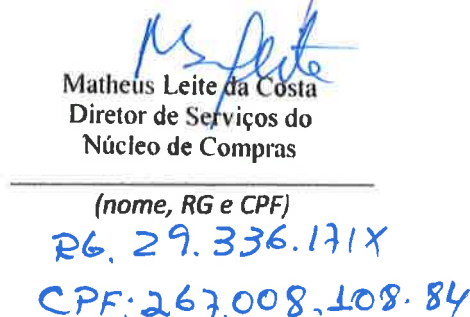
  
**LAURA M. J. LAGANÁ**  
Diretora Superintendente

**CONTRATADA**

  
13.579.817/0001-08  
**JOSÉ ÉLCIO CORDEIRO RAMOS**  
Diretor  
SOLUTES GESTÃO EM  
TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP

**TESTEMUNHAS:**

  
**José Joaquim de O. Vicente**  
Assistente Técnico  
Administrativo I  
(nome, RG e CPF)  
RG: 42.920.954-X  
CPF: 323.323.108-75

  
**Matheus Leite da Costa**  
Diretor de Serviços do  
Núcleo de Compras  
(nome, RG e CPF)  
RG: 29.336.171X  
CPF: 267.008.108.84

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

**ANEXO A**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA**

Sistema de monitoramento, composto por 54 câmeras, conforme detalhado abaixo.

- 4 unidades DVR Stand Alone 16 Canais MULTI-HD / HDCVI + HDTVI 2.0 + AHD-M/H + Analógico + IP / 16 canais BNC + 2 canais IP ou 18 canais IP no modo NVR /Gravação de todos os canais em 1080N ou 720p e para canal IP de até 5MP (Respeitando o limite de bit rate máximo por canal, que é de 4096kbps) / Saídas de vídeo VGA, HDMI e BNC / Suporta 1 HD SATA de até 8TB / HD 1 TB Western Digital
- 4 unidades Balun Passivo 19" 16 Canais de Vídeo e Alimentação/ 400mts - Video e 300mts - Alimentação / 1 Entrada auxiliar RJ45 (transmitem sinal de 4 câmeras através de 1 cabo UTP) / Proteção contra surtos de tensão / Filtro contra interferência e ruídos / Fonte Interna 13,8DVC 10A (5A para cada 8 câmeras) / Incluso Balun Passivo XBP 502a
- 6 unidades Câmera Infra Red Digital Híbrida AHD + Analógica DOME 1/4" Megapixel CMOS - AHD 1 Megapixel (720p) / Analógica 900TVL 10MT (12 Leds) 3.6MM / Uso interno / Case Plástico
- 33 unidades Câmera Infra Red Digital Híbrida AHD + Analógica DOME 1/4" Megapixel CMOS - AHD 1 Megapixel (720p) / Analógica 900TVL / 20MT (12 Leds) / 2.8MM / Uso interno / Case Plástico
- 4 unidades Câmera Infra Red Digital Híbrida AHD + Analógica BULLET 1/4" Megapixel CMOS - AHD 1 Megapixel (720p) / Analógica 900TVL / 20MT (24 Leds) IP66 / 2.8MM / Case Plástico
- 11 unidades Câmera Infra Red Bullet MULTI HD® - HDCVI + HDTVI 2.0 + AHD-M + Analógico 600TVL / 1/4" Resolução HD 1 Megapixel (720p) 30MT (18 Leds) / IR Inteligente / 2.8mm / Case de metal / OSD / IP66
- 18 unidades Cabo UTP Cat.5e - Caixa c/ 305 metros.
- 1 kit de Cabos coaxiais, conectores BNC, e materiais de instalação necessários para conectar os equipamentos DVR Stand Alone às câmeras e demais equipamentos acima descritos.
- Serviço de instalação dos equipamentos, compreendendo todas as etapas necessárias ao início da plena operação dos sistemas, incluindo:
  - colocação dos equipamentos nas posições definitivas;
  - fixação de câmeras e sensores de presença;
  - montagem e identificação dos cabos;
  - conexões de todos os elementos que compõem o sistema;
  - testes, configurações, etc.

Obs.: todos os equipamentos, materiais, suprimentos e acessórios fornecidos devem ser novos, não sendo admitidos equipamentos descontinuados ou fora de linha de fabricação.

A instalação somente será considerada completa depois de ter se verificado sucesso na realização de teste pela empresa contratada devidamente acompanhados pela Unidade de Ensino

Locais de instalação das câmeras:

**Administração Central  
 Gabinete da Superintendência**

Nº	Localização	Nº	Localização
1	Biblioteca (1)	28	Hall Elevador 2º Pavimento
2	Biblioteca (2)	29	Sala 9
3	Circulação Biblioteca	30	Sala 10
4	Circulação Diretoria	31	Sala 11
5	Sala Servidor	32	Sala 12
6	Sala dos Professores	33	Sala 13
7	Entrada de vidro esquerda	34	Sala 14
8	Entrada de vidro direita	35	Laboratório RJI - 2º pav
9	Auditório	36	Laboratório Informática CAD - 2º pav.
10	Escada Térreo / 1º pav.	37	Laboratório Informática - 2º pav.
11	Circulação Salas de aula - 1º pav.	38	Laboratório de Hardware - 2º pav.
12	Circulação Laboratórios - 1º pav.	39	Lateral Quadra
13	Hall Elevador 1º Pavimento	40	Fundos Quadra
14	Sala 1	41	Estacionamento Quadra (1)
15	Sala 2	42	Estacionamento Quadra (2)
16	Sala 3	43	Circulação vestiário Quadra
17	Sala 4	44	Quadra
18	Sala 5	45	Lateral Terreno (visão p/ platô)
19	Sala 6	46	Estacionamento descoberto (1)
20	Sala 7	47	Estacionamento descoberto (2)
21	Sala 8	48	Frente (visão cabine de lixo)
22	Laboratório de Redes - 1º pav.	49	Rua Frente (1)
23	Laboratório de Física - 1º pav.	50	Rua Frente (2)
24	Laboratório de Química - 1º pav.	51	Acesso veículos (1)
25	Escada 1º pav. / 2º pav.	52	Acesso veículos (2)
26	Circulação Salas de aula - 2º pav.	53	Acesso pedestre
27	Circulação Laboratórios - 2º pav.	54	Guarita

**2. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**2.1 INSTALAÇÃO DO OBJETO**

A instalação, ajuste e/ou configuração, dos equipamentos deverá ser executada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da data de entrega do objeto.

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

**2.2 DA GARANTIA DO OBJETO**

2.2.1. Garantia do produto, será no mínimo 01 (um) ano, contados a partir da data de recebimento definitivo do produto e Garantia do serviço, de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de instalação.

2.2.2. Durante o período de garantia, se houver necessidade, deverão ser substituídas sem nenhum ônus para a Contratante, peças ou partes defeituosas, salvo quando o defeito for provocado por uso indevido do produto, devidamente comprovado.

**2.3 ENDEREÇO DE ENTREGA**

A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita na Unidade relacionada abaixo:

UNIDADE: **Fatec Jornalista Omair Fagundes de Oliveira – Bragança Paulista**  
ENDEREÇO: **Rua das Indústrias, 130 – Bairro Uberaba**  
MUNICIPIO: **Bragança Paulista - SP**  
TELEFONE: **(11) 4031-0628**

**2.4 ACONDICIONAMENTO DOS BENS**

Os bens deverão estar acondicionados em embalagem lacrada

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

**RESOLUÇÃO SDECTI Nº 12, DE 28-3-2014.**

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de multa prevista nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, com fundamento no disposto no artigo 3º do Decreto nº 31.138, de 09 de janeiro de 1990, RESOLVE:

Art. 1º. Na aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e 81, inciso II, da Lei Estadual nº 6.544, de 22, de novembro de 1989, nos artigos 86 e 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21, de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17, de julho de 2002, serão observadas as disposições desta Resolução.

Art. 2º. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa, na forma estabelecida no artigo 5º desta Resolução.

Art. 3º. O atraso injustificado na execução do objeto do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I - em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos:

a) para atrasos de até 30 (trinta) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

b) para atrasos superiores a 30 (trinta) dias: multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

II - em se tratando de execução de obras ou de serviços de engenharia:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da parcela da obrigação contratual não cumprida;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da obrigação contratual não cumprida; e

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

c) para contratos com valor de igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor diário do contrato;

III – em se tratando de serviços contínuos: multa de 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

§1º O valor das multas previstas neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo financeiro ainda não realizado do contrato.

§2º A multa pelo atraso injustificado na execução do objeto do contrato será calculada a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que a obrigação avençada deveria ter sido cumprida.

Art. 4º. A inexecução parcial do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos: multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

III– em se tratando de serviços contínuos: multa de 20% (vinte por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

Art. 5º. A inexecução total do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços contínuos ou não: multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:



**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

- a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;
- b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor global do contrato;
- c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

Art. 6º. Configurada a ocorrência de hipótese ensejadora de aplicação da penalidade de multa, o adjudicatário ou o contratado será notificado para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data da sua notificação.

§1º Recebida a defesa, a autoridade competente deverá se manifestar motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela aplicação ou não da penalidade, dando ciência inequívoca ao adjudicatário ou contratado.

§2º A decisão que dispuser sobre a aplicação da multa será publicada no Diário Oficial do Estado e deverá conter o respectivo valor, o prazo para seu pagamento e a data a partir da qual o valor da multa sofrerá correção monetária.

§3º O adjudicatário ou o contratado será notificado da decisão, da qual caberá recurso a ser apresentado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

§4º A decisão do recurso será publicada no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo da notificação do adjudicatário ou contratado.

Art. 7º. Ao término do regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a multa aplicada será descontada da garantia do respectivo contratado.

§1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá por sua complementação, mediante descontos nos pagamentos eventualmente devidos pela Administração até sua total quitação.

§2º Inexistindo pagamentos a serem realizados, o contratado recolherá o valor ao cofre público estadual, na forma prevista na legislação em vigor.

§3º Decorrido o prazo estabelecido sem o pagamento da multa aplicada serão adotadas as providências pertinentes voltadas à sua cobrança judicial.

---

**Administração Central  
Gabinete da Superintendência**

Art. 8º. As multas de que trata esta Resolução serão aplicadas sem prejuízo da cominação das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 2002 e na Lei Estadual 6.544, de 1989.

Art. 9º. Os editais de licitação deverão fazer menção expressa às normas estabelecidas nesta Resolução, cujo texto deverá integrar os respectivos editais e contratos, na forma de anexo.

Art. 10. As disposições desta Resolução aplicam-se também às contratações resultantes de procedimentos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução SCTDE -1, de 22 de fevereiro de 1994.

( \* ) Republicada por ter saído, no DOE , de 29-03-2014, Seção I, páginas, 116 e 117, com incorreções no original.

**Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação  
GABINETE DO SECRETÁRIO**